

PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR**PERSPECTIVAS DE INCLUSIÓN EN EL ENTORNO ESCOLAR****PROSPECTS FOR INCLUSION IN THE SCHOOL ENVIRONMENT** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.006-009>**Oziel da Rocha**

Possui mestrado em Filosofia UFU (2023); pós-graduação em gestão educacional - FACULDADE APOGEU (DF - 2011); graduação em Filosofia pelo Instituto Santo Tomás de Aquino (2009), graduação - 2 Licenciatura - em Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2019). Foi professor de filosofia na Educação Básica (de 2013 até 2024) e vice-diretor noturno (de 2016 até 2024) na E.E. Marcolino de Barros - Secretaria Estadual de Educação. Atualmente, é professor de filosofia no Instituto Federal do Paraná - Campus Barracão - (IFPR).

RESUMO

O objetivo deste texto é refletir sobre as relações de cuidado na escola como pressuposto para a inclusão social. De acordo com a fundamentação da ética do cuidado, esse trabalho procura reforçar novas maneiras de se fazer uma educação pautada em valores fundamentais para professores e estudantes, desenvolvidos, principalmente, em sala de aula. Assim, esta reflexão desembocará na busca do desenvolvimento de competências e habilidades capazes de criar uma cultura do cuidado e respeito ao diferente.

Palavras-chave: Ética; Educação; Escola; Diferença; Inclusão Social; Responsabilidade.

RIASSUNTO

L'obiettivo di questo testo è riflettere sulle relazioni di sollecitudine nella scuola come premessa per la inclusione sociale. Secondo il fondamento dell'etica dell'assistenza, questo studio cerca di mettere in risalto nuovi metodi per creare una educazione costruita su i valori fondamentali per insegnanti e allievi, sviluppati, soprattutto, in sala di lezione. In questo modo, gli studio sfocierà nella ricerca del sviluppo di competenze e abilità capaci di creare una cultura della sollecitudine e rispetto allo differente.

Parole-chiave: Etica; Educazione; Scuola; Differenza; Inclusione Sociale; Responsabilità.

ABSTRACT

The goal of this text is to reflect on the caring relationships in school as a premise for social inclusion. According to the foundation of ethics of care, this study seeks to highlight new methods for creating an education built on the fundamentals values for teachers and pupils, developed, above all, in the class room. In this way, the studies will result in the search for the development of skills and abilities capable of create a culture of solicitude and respect to the different.

Keywords: Ethics; Education; School; Difference; Social Inclusion; Responsibility.



1 INTRODUÇÃO

É no contato com o mundo que se descobre que não se está sozinho, pois existe a outra pessoa com suas particularidades. Este que aparece, já é por si diferente do eu que enxerga o outro. Daí só é possível falar de relação por que ela se dá entre o espaço existente entre *eu e outro*. Por mais que se tente determinar outra pessoa ou encaixá-lo num determinado esquema, a tentativa pode ser desastrosa, uma vez que aquele sobre o qual se volta olhar pode ser melhor compreendido a partir de si.

Posto isso, ao se falar de inclusão, lida-se com a realidade do outro que é ainda mais diferente, ou pelo menos são vistos desta forma. A diferença do outro não deve ser tomada como fator de ostracismo, embora a tendência seja esta, mas como a tomada de consciência de que a humanidade se constrói através das diferenças.

Ao se fazer uma breve passagem pela história da humanidade constata-se a dificuldade de se lidar com os diferentes. Na antiguidade grega, as crianças que nasciam com uma determinada anomalia eram sacrificadas. Também aqueles que não nasciam na cidade-estado (*Polis*) não tinham o direito à palavra em praça pública, pois não eram considerados cidadãos.

Na antiga teologia e cultura judaica tinha-se a deficiência como algo ligado ao pecado ou a uma possessão, ocorrendo também uma exclusão moral. Nesta direção, a Idade Média com a ideia de preceito divino, via a deficiência como um sofrimento dado por Deus ou até uma certa condenação, haja vista que a exclusão social era baseada na ideia de que Deus criou todas as coisas, tendo elas seu devido lugar na ordem da criação, assim, por exemplo, os servos deveriam ocupar o seu lugar por que assim foi determinado por Deus. Já no início do século XVI, com o Renascimento surge a possibilidade de deixar em locais separados, as pessoas com deficiência, especialmente, as consideradas loucas. A justificativa era que estes estariam mais protegidos ao passo que a sociedade também estaria protegida.

Assim, nota-se que a diferença causa seus impactos, pois o diferente também causa um questionamento social. Mas é possível mudar a percepção ou tratar a questão da diferença de outro modo? Como se sabe a diferença faz sua parceria com a exclusão, pois é sempre mais fácil se esquivar da diferença do que aprender a lidar com as mesmas. Deste modo, a sociedade está aprendendo a lidar com o diferente, aqueles que estão à margem seja socialmente, seja por possuir alguma deficiência. Mas como se verá adiante, a exclusão é um processo mais amplo do que aquilo que aqui se tangenciou. Para Rodrigues, “a exclusão é um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um processo de verdade, cria o interdito e o rejeita; em suma, estabelece o limite da transgressão” (RODRIGUES, 2001, p. 21). Ou seja, a exclusão é um processo criado dentro de uma cultura, portando pode ser mudado a partir de uma mudança de mentalidade.

O debate sobre a inclusão se inicia a partir das tentativas de mudanças de paradigmas em relação a uma nova visão a respeito da dignidade humana. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos



Humanos de 1948 ajudará a se ter um novo olhar sobre o ser humano, principalmente, após o legado catastrófico deixado pela Segunda Guerra Mundial. Logo, surge também uma nova maneira de se pensar as relações a partir de um novo olhar sobre o ser humano, um olhar humanizador.

2 DESAFIOS DA INCLUSÃO

As discussões a respeito da inclusão se tornaram eminentes nos últimos tempos. Isso se deve ao alargamento do foco sobre as questões que dizem respeito ao que venha ser uma deficiência e quem deve ser incluído, tendo em vista alguns avanços nesta área. Com efeito, a inclusão é algo que busca uma nova maneira de viver e pensar a sociedade, uma vez que esta exige rupturas contra os “pré-conceitos” em relação às pessoas com deficiência. Assim, falar em inclusão como desafio é se referir a uma inserção total e incondicional o que se contrapõe à ideia de integração que é parcial e sujeita a condicionamentos. Desse modo, é conveniente ressaltar que estas duas realidades, muitas vezes, se confundem tendenciosamente com uma integração e não com inclusão. Daí surge como desafio uma sociedade inclusiva capaz de atingir a todos e não o contrário, pois a sociedade que não inclui é também deficiente, faltando com a responsabilidade para com seus membros.

A inclusão inicia-se com a transformação das chamadas barreiras arquitetônicas, ou seja, construir espaço onde todos possam ter acesso. Pessoas com deficiência visual e cadeirantes, por exemplo, dificilmente conseguem ter acesso a todos os espaços sociais. Na mesma direção, pode-se falar também de barreiras econômicas que, muito embora o país pareça se desenvolver nesta questão, ainda é desafio para uma parcela significativa da população o acesso à saúde, lazer, moradia, educação e cultura.

Para além do supracitado, depara-se também com a necessidade da inclusão, nas diversas faixas etárias de pessoas com déficit intelectual e até super dotadas, pessoas que vivem nas ruas, populações distantes e nômades, minorias linguísticas e étnicas, grupos, historicamente, marginalizados; pessoas com condições intelectuais e sensoriais diferenciadas. Estes exemplos ajudam a mirar um dos grandes desafios da inclusão: a promoção de uma educação inclusiva, pautada numa cultura do cuidado e solidariedade. Assim, para uma autêntica sociedade inclusiva, a educação é fundamental como motora de inclusão cultural, social e política. Daí educar inclusivamente é a primeira ferramenta, fora do ambiente familiar ou até única, que pode possibilitar o conhecimento e a prática do convívio com as diferenças, aproveitando as riquezas da diversidade para construir um olhar humanizador sobre o outro e suas possibilidades.

Desse modo, a educação inclusiva como desafio ganhou corpo, sobretudo, com a visão de novos paradigmas da educação a partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB 9394/96), cujos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) trouxeram como grande reforço o papel da educação, enquanto desenvolvimento de competências e habilidades, ou seja, a educação deveria centrar-se no sujeito da aprendizagem, no sentido de oferecer-lhe oportunidade de desenvolvimento integral como os pilares da



educação orientam: aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a conviver. Assim, é importante rever métodos educacionais, juntamente com práticas pedagógicas a serem superadas através do amadurecimento social e humano. Daí urge que os profissionais da educação absorvam o discurso inclusivo como parte de seu fazer pedagógico, superando a visão conteudista da memorização e do quantitativo, deixando espaço para a autoaprendizagem e pesquisa sem perder os focos preliminares do processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, os desafios da inclusão somam-se ao desafio de um paradigma social arvorado na construção de uma sociedade inclusiva ao invés de exclusiva. Assim, a educação enquanto motora de transformação de sujeitos, será mais completa e eficaz ao fazer da inclusão um princípio básico de sua prática cotidiana, facilitando o desafio de incluir, ao fazer o mesmo, trazendo para a realidade pessoas e comportamentos inclusivos. Portanto, o espaço escolar pode se tornar um grande eixo para a educação inclusiva a partir de uma ética centrada na relação entre pessoas a serem vistas como tais.

2.1 A ESCOLA E A DIFERENÇA

A história humana reflete também a dimensão do sofrimento das pessoas. Civilizações, impérios, grandes construções feitas à base do desgaste de homens e mulheres, pessoas esquecidas para ostentar o nome de minorias.

Uma massa duramente controlada por penas e castigos. O castigo físico acompanhado da punição de pensamentos e até de crenças, manipulação física e mental. Todavia, esse foi o meio que os povos encontraram para manter o pacto social. Ou seja, a educação do homem baseada no medo do castigo e da punição. Processo que deixou seus resquícios até os tempos hodiernos. Violência social transplantada também para o ambiente educativo formal, como célula da sociedade. Segundo Feltrin, “a escola mais no passado do que hoje, em escala maior ou menor, tem adotado medidas punitivas para criar ou mudar comportamentos, estabelecer uma disciplina, manter a ordem” (FELTRIN, 2004, p. 46). Nesse sentido, a escola busca manter um padrão de comportamento de acordo com os valores da sociedade vigente, mas quando esse comportamento se distancia daquilo que se preza na sociedade, a medida mais exata é a punição, visando corrigir aquele comportamento. Aqui é bom focalizar que não se está concordando com a falta de limites no ambiente escolar, pelo contrário, a escola deve educar o ser humano para viver em sociedade, exercendo a sua liberdade de acordo com os limites da condição de ser livre, refletindo que ele não está sozinho, pois existem outras pessoas e suas ações incidem direta ou indiretamente na vida dos outros. Desse modo, pode-se estribar essa proposição em Paulo Freire que afirma: “O clima de respeito nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico” (FREIRE, 1996, p. 92). A



ética do cuidado neste ambiente deve passar pelo crivo do diálogo e da busca pelo entendimento do aluno, pois cada um tem um jeito próprio a ser descoberto e conduzido dentro do ambiente escolar.

Posto isso, é eminente refletir sobre a questão da violência que não ocorre apenas quando se tem uma transgressão física, mas é algo que tem um sentido mais abrangente. Existe também uma violência simbólica, muitas vezes velada. Esta por sua vez aparece nas falas e ações das pessoas. Não é muito difícil deparar-se com expressões e vocábulos que mostram o quanto se convive, enquanto realidade brasileira, numa sociedade que tem dificuldade de lidar, como já abordamos, com o diferente. Aí surge o machismo, o racismo, a xenofobia e a homofobia, dentre outras similaridades.

Medidas que outrora castigavam o corpo do estudante como a palmatória, o ajoelhar-se em grãos, até onde se conhece, foram extintas. Mas, muitos ambientes educativos, ainda, conservam certa agressividade em vários níveis desde a gestão, passando pelo corpo docente até os estudantes. É importante elucidar isto com o seguinte exemplo:

Numa escola de município da grande São Paulo, um aluno da quarta série do ensino fundamental foi posto fora da sala de aula, de pé, porque estava “distraído”. Na verdade, ele olhava para fora de sua sala, que estava de portas abertas e ficava de frente para um grande gramado e os jardins (...) por certo, muito mais atraentes do que aquela aula de matemática da professora.” (FELTRIN, 2004, p. 54).

O exemplo tirado deste autor, não muito distante da publicação de sua obra, mostra o quanto, ainda, se poderia refletir sobre os tipos de relações que se estabelecem na escola. As formas de violência simbólicas que se pode constatar na escola é justamente as ameaças em relação às baixas notas que vem acompanhadas das provas difíceis que um professor resolve aplicar como vingança por falta de disciplina. O docente também é violentado, principalmente, pela sua desvalorização enquanto profissional e pelas péssimas condições de trabalho em muitos espaços educacionais. Porém, o objetivo aqui não é se posicionar a favor ou contra um lado ou outro, mas a partir de atitudes concretas fazer uma hermenêutica do que cerca o ambiente escolar e aí refletir, como já demonstrado acima, a possibilidade de novas vias para uma educação inclusiva e humanizante.

2.2 A INCLUSÃO NA ESCOLA: UM GESTO DE RESPONSABILIDADE

A escola tradicional, enquanto discurso, mirou formar cidadãos, possibilitando certa igualdade de oportunidade a um número significativo de alunos. Pois

o desenvolvimento, no século XIX, da escola “universal, laica e obrigatória” é uma iniciativa que, pelo menos ao nível das suas intenções, procurou dar à totalidade da população uma base comum de instrumentos de cultura que permitisse aplanar as grandes diferenças socioculturais dos alunos (RODRIGUES, 2001, p.16).



Mas em nome da igualdade produziu-se a desigualdade, esquecendo as diferenças de cada um. Isto significa que a aposta numa educação universal para todos fez com que os discentes fossem vistos todos da mesma forma ou até submetidos a uma mesma medida. Todos são iguais, sim, mas em dignidade, direitos e deveres. Mas cada um tem sua personalidade e junto dela suas qualidades e limitações.

Com o “advento” dos testes aferição da capacidade intelectual, as diferenças, identificadas, principalmente, pelos testes de Quociente de Inteligência (Q.I), serviram para classificar e separar os “mais inteligentes” dos “menos inteligentes”. Aqui não se trabalhou com a diferença, mas fomentou-se, em certo sentido, a exclusão ao ter como base a seleção de grupos. Não é preciso muito esforço para constatar isso, pois ainda hoje muitas escolas ou quase todas usam como critério as notas e o bom comportamento para a separação das turmas. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 (5692/71) dividiu a educação para o trabalho, direcionado para as classes populares e para a educação científica, voltada para as classes mais ricas. Isso revela a promoção velada de um projeto excludente e separatista entre pobres e ricos.

A reflexão acerca da inclusão se torna mais incisiva, neste contexto, quando falamos de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Pois

na tentativa de salvaguardar a igualdade de oportunidades, criaram-se escolas especiais, classes especiais dentro de escolas regulares, e tenta-se, agora, viabilizar o conceito de inclusão apenas misturando alguns “diferentes” aos “normais”, dentro de uma mesma sala. Misturando? Nem tanto. Colocando o diferente dentro, num canto da sala de aula (FELTRIN, 2001, p. 60).

A inclusão não é apenas trazer o educando para dentro, mais que isso é promover um espaço capaz de acolher o diferente emocionalmente e estruturalmente. Nesse sentido, a escola tem o papel de malear suas estruturas para acolher as diferenças do aluno a fim de que este convívio sirva para o desenvolvimento e o crescimento das partes envolvidas neste processo. Vale ressaltar que o discurso e a prática inclusiva deveriam perpassar toda uma sociedade, cuja maturidade está ligada ao fomento de possibilidades para o diferente, numa perspectiva mútua de desenvolvimento. Com isso, a relação entre escola e sociedade pode ser estabelecida, focando o papel da escola como motor de reflexão acerca da promoção humana através da inclusão, pois este é um processo onde todos ganham, pois como já foi fundamentado, é na relação com os demais que os seres racionais se tornam humanos. Logo,

a escola representa uma parte relevante de um todo orgânico. Ela serve de paradeiro para dar acolhida aos fluxos positivos e negativos de toda a ordem social, política e econômica. De certa forma, ela se caracteriza como uma encruzilhada por onde passam os alinhamentos culturais explícitos e latentes. Por isso também para seu interior refluem as aspirações mais sentidas de melhoria de vida. Cabe então, e aqui vai a segunda conclusão, a árdua tarefa de resguardar da marginalidade os estratos populacionais menos favorecidos (FERACINE, 1990, p. 32).



Tornar uma realidade escolar inclusiva é também ter consciência do contexto social e político do qual provêm o educando. Existe aí um ser humano concreto, construído ou desconstruído, conforme seus processos de vivências. Aqui, é conveniente lembrar do aluno inquieto, desmotivado, cansado com fome, com deficiência física ou mental, o aluno abusado sexualmente e moralmente, dentre vários exemplos que ainda poderia completar esta lista. É fundamental tentar perceber o nível de aceitação que esse sujeito tem na família e em outros grupos de convívio a fim de a partir desta realidade, fazer uma hermenêutica do humano e ajudar no desenvolvimento de um aluno, que, possivelmente antes, nem ele mesmo tinha consciência do que era ou é.

2.3 O AMBIENTE ESCOLAR NA TRANSFORMAÇÃO DO ESTUDANTE

Vive-se numa realidade de transformações muito rápidas, onde o obsoleto se dá cada vez em menos tempo. É neste contexto que se encontra o professor em face da demanda de levar seus discentes à inclusão social, tendo como base a realidade e a demanda vigente, pois os fins da educação, como até hoje se constata é algo maleável de acordo com as mudanças sociais e políticas de cada tempo.

Incluir não significa apenas dar acesso à escola, mas ir além, no que tange a superação de um fracasso escolar histórico. Pois mesmo que, potencialmente, a sociedade se esforce para ser inclusiva, os que estão a sua margem, parecem ter certa dificuldade para assimilar o processo de uma outra realidade a ser construída, não passivamente, mas de forma ativa. Nesse sentido, para Senna

o fracasso escolar é produto, ao mesmo tempo de uma vocação social para a exclusão e de um sem-número de mecanismos de banimento que reforçam a condição alienada dos sujeitos marginais, interditando-lhes a possibilidade de serem sujeitos na esfera pública (SENNA, 2008, p.199).

Daí faz-se necessário romper os limites da exclusão, buscando meios para se atingir a inclusão. A escola é um destes meios, haja vista que ela surge como responsável para transmitir os conhecimentos, valores e padrões comportamentais da sociedade. As realidades familiares delegaram um ônus a esta instituição, deixando sobre sua responsabilidade a missão de educar e formar para a cidadania. Não obstante, a instituição diante do chamado fracasso escolar delega a responsabilidade ao aluno. Fracasso que não depende apenas do aluno, mas também de todas as partes envolvidas nesse processo de ensino-aprendizagem. Aí é fundamental notar que um conjunto de políticas públicas eficaz e consistentes seria de capital importância para a superação deste tipo de limite da educação, pois o fracasso escolar pode significar para muitos a entrega total de sua exclusão. Isto significa reforçar que a educação formal constitui um motor de inclusão social, uma vez que ela, principalmente nos dias atuais, se torna condição para uma mudança de *status quo* de forma integrada. Ou seja, trata-se de uma vez apreendidos novos conhecimentos e valores, poder voltar sobre a própria realidade e a partir de uma leitura crítica, buscar transformar o ambiente onde



se vive ou ainda, compreender seu ambiente a fim de observar os valores e conhecimentos nos quais estão perpassados sua realidade. Por esse viés pode-se falar também de uma transformação do ambiente por aqueles que têm deficiência no sentido de que a reflexão e aceitação de si, para além do mero desejo dos padrões sociais, juntamente com uma postura de engajamento poderá transformar toda uma realidade. Mudar os espaços fisicamente e ideologicamente. Talvez a última seja a mais difícil, mas já foram dados passos nesta direção. Aqui a escola, tem o papel de transformar não só o educando com deficiência, mas mirar a transformação dos futuros adultos de uma sociedade.

O aluno traz de sua realidade competências e habilidades a serem identificadas, sendo o processo educativo, um modo seguro de poder canalizar aquilo que o aluno já traz, na busca do desenvolvimento de novas habilidades. A negação daquilo que o discente é e do que traz consigo de sua realidade constitui o enfraquecimento de bases nas quais o professor poderia construir com o estudante algo novo. Bem assim, nos lembra Feltrin que

o progresso em direção às escolas inclusivas, no entanto, não é fruto apenas do esforço individual de professores ou de atitudes positivas do conjunto da comunidade educacional de uma escola. As atitudes educativas devem incluir o contexto político e social em que vivem os alunos (FELTRIN, 2004, p. 83-4).

Portanto, as atitudes educativas não começam apenas em sala, mas envolve todos os profissionais da educação no que tange a uma proposta de educação que possui como substrato a ética do cuidado e a promoção de valores humanos essenciais para se formar uma nova sociedade. À luz dessa afirmação, é possível dizer que a primeira síntese que o aluno faz é o da coerência em relação a uma convivência de respeito que se dá no ambiente educativo. Isto significa que os discursos de cidadania e a prática dos profissionais devem apresentar certa confluência, pois isso ajuda numa maior instabilidade de assimilação de valores por parte dos discentes. Um processo que deve iniciar desde a boa recepção do porteiro até o gestor. Práticas ligadas a um currículo comum adequado aos contextos sociais e culturais e às diferentes necessidades dos educandos.

Enfim, a educação para a diversidade precisaria estar em todo currículo e em todo ambiente escolar. A diversidade dos buscadores de conhecimento é uma fonte de enriquecimento recíproco, de intercâmbio de experiências, que lhes permite conhecer outras maneiras de ser e de viver, desenvolvendo nos sujeitos atitudes de respeito e de tolerância, superando o fracasso escolar produzido a partir das relações de indiferença.



2.4 SALA DE AULA: UMA REALIDADE COMPLEXA

O espaço de ensino-aprendizagem não constitui apenas um espaço organizativo no qual o professor dá sua aula. Vai além, pois todo aprendizado só tem sentido à medida que colabora para com o crescimento humano, no encontro com o diferente. Nesse sentido, a aquisição de novos conhecimentos, mesmo que possuídos de forma árdua deveria ser porta de entrada para ajudar o sujeito da aprendizagem a se situar no mundo, uma vez que perceba, que não está sozinho, pois existe outrem.

Até aqui se falou muito em “humano”, palavra que caiu na banalidade do cotidiano, mas o que pode significar esse termo? O humano se constitui de várias dimensões; sendo, às vezes, até fragmentado, ou seja, se constitui desde a formação histórica do “Eu”, um ser concreto no mundo, coadunado de suas vivências sejam traumáticas, sejam as mais bem elaboradas. Ou seja, o estudante traz para sala, além de seu contexto sócio-cultural, um “Eu” oriundo daquele, portanto é um ser de complexidade. Bem assim,

reduzir a sala de aula a um espaço ou tempo em que a aprendizagem do humano afloraria de modo límpido e sereno é adotar posição com laivos de quixotesca. Insustentável, portanto. Todas as vicissitudes humanas perpassam de ponta a ponta esse espaço ou tempo, vicissitudes que podem ser traduzidas em conflitos, alegrias, expectativas mal ou nunca satisfeitas, recalques, exibicionismo, esperanças, avanços e retrocessos (NOVASKI, 1999, p. 14).

Aí se encontra um espaço amostral dos sentimentos e ações que perpassam uma cultura e até a própria humanidade. Nesse sentido, é bom reforçar que não se está diante de uma homogeneidade, mas se está diante da heterogeneidade. Porém essa diversidade busca algo comum ou, pelo menos, foram colocados aí em prol de algo comum, a construção de saberes que irão abrir espaço para esses sujeitos que formarão a futura sociedade.

A sala de aula é um espaço político, refletindo muitas vezes, o poder da exclusão social daqueles que ali se encontram. Há os que possuem certa posição em sala, de certa maneira, pelo conhecimento ou por sua origem. Também estão lá aqueles que querem se sentar no fundo da sala, aqueles que nunca participam e os “fracos”, como muito se fala dos que tem dificuldade de aprendizado. Talvez estes sejam aqueles que ainda não se encontraram dentro de um método e um saber que os atingisse. Na sociedade também é assim, existe os que pensam a sociedade, os que estão à margem, distantes, os que não conseguem requerer seus direitos e os considerados “incapazes”, os que ainda não foram atingidos pelo desenvolvimento econômico e social.

(...) A expressão Sala de Aula usada de forma figurada, engloba a possibilidade de colocar toda a existência de todos os homens como atividades de uma grande Sala de Aula caracterizada pelo conjunto constante de aprendizagem, desenvolvido por cada homem, circunscrito nas permanentes relações travadas com a natureza, com os outros homens e com a cultura da sua época (SANFELICE, 1999, p. 83-4).



O professor, às vezes inconscientemente, pode reforçar as relações de desigualdade em sala. Alguns gestos como a elevação de alguns em comparação com o fracasso de outros, por exemplo, pode corroborar para a criação de um complexo de baixa auto-estima. Também o estímulo para a conquista de algo, baseado nos valores da vitória a todo custo, do sempre se dar bem e ser sempre o melhor, esquecendo-se dos outros, é mais um exemplo de falta de humanidade.

A sala de aula é, portanto, um espaço para além de quatro paredes, é nela que se aprende a conviver, a fazer, a ser e aprender. Espaço de manifestação da liberdade humana na convivência com o diferente. Por isso se torna um espaço de descoberta do sentido de viver e se relacionar com o diferente. De fato, muitas amizades que se iniciam na escola perduram por toda uma vida.

As complexidades de cada sujeito se encontram, formando um universo de relações a ser mediado pelo professor. Aí é interessante que o professor esteja atento aos tipos de relações que surgem em sala de aula, pois como já foi dito na sala poderá ter relações de dominação, de poder, de violência e de indiferença ao outro. Aí cabe um fazer pedagógico pautado numa relação de responsabilidade e justiça.

3 O PROFESSOR INCLUSIVO

Todas as pessoas que fazem parte da escola são importantes para a formação dos alunos, mas o professor é aquele que passa uma parte considerável de tempo com os educandos. Assim, esse profissional tem a possibilidade de conhecê-los melhor a fim de notar aquilo que é específico de cada um.

Aqui está uma questão: quem é esse profissional da educação? O professor é um cidadão com suas crenças, suas ideologias e também suas dificuldades, ou seja, não é um ser perfeito, mas uma pessoa que traz uma história de vida e talvez, em muitos casos, um sentido existencial imanente à sua prática docente. Isto significa que aquilo que faz tem sentido para a sua vida à medida que se sente parte do processo de aprendizado dos aprendizes.

O professor tem também seus sentimentos seja de realização ou de fracasso. No contexto da educação inclusiva, o professor é aquele que recebe a responsabilidade de lidar não só com conteúdos, mas com um contexto de sala de aula que nem sempre é possível fazer uma leitura precisa do que venha a ser uma diferenciação entre padrões sociais pré-estabelecidos e algo próprio da personalidade do educando, formada a partir de sua matriz de vida. Daí

na ausência de estudos consistentes acerca de tais objetivos, o professor tende a persistir na crença de que sua missão social consiste no ensino de conteúdos programáticos, uma crença das mais frágeis na sociedade contemporânea, dada a fartura de fontes de saber não ligadas à escola, como a TV e a *Internet* (SENNA, 2008, p. 215).

Assim, é fundamental refletir sobre a importância da construção de um currículo que seja inclusivo à medida que se constate a necessidade da adaptação de novas formas de educar com um olhar voltado na



relação entre o sujeito estruturado a partir de sua realidade sócio-cultural e a demanda social. Esse talvez seja um desafio a ser enfrentado pelo professor no novo contexto de sala de aula. Mas não é algo a ser confrontado sozinho pelo docente, sendo que ele deve contar com a ajuda de profissionais especializados em áreas como a psicologia, a psicopedagogia, a neurolinguística, psicomotricidade e em certos casos, com uma assistente social a fim de se fazer um trabalho junto com a família do educando. Essa é uma proposta esboçada, porém sabe-se que ainda é difícil de ser efetivada no contexto de escola pública até então vigente, mas para uma reforma mais consistente da educação se fará necessário, além de se tornar cada vez mais democrática, contar com profissionais competentes, preocupados com o desenvolvimento integral do ser humano, juntamente com sua base familiar.

O professor se depara com duas forças: autoridade e autoritarismo. A primeira busca o equilíbrio através do respeito entre docente e discente, já a segunda é a disciplina através da força. Uma forma para a autonomia e a outra para o medo. Lidar com o humano, como já citado faz-se mister a autoridade, haja vista que ela respeita os papéis sem sobrepô-los, valorizando a criatividade do aluno, mas sem se deixar levar pela camaradagem, pois a autoridade implica na correção ou ainda, na orientação do educando, visando seu amadurecimento pessoal e intelectual.

Portanto, é fundamental lembrar que o professor também deve buscar se formar sempre no sentido de ser um pesquisador e bom leitor da realidade como lembra Paulo Freire: “pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquise para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.” (FREIRE, 1996, p. 29). Destarte, a sala de aula tornar-se-á um modo positivo do fazer pedagógico, partindo para a construção de uma nova realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sensibilidade solidária na dinâmica do desejo das pessoas é um desafio fundamental para o futuro da humanidade. Isso constitui um sonho de unir a formação de profissionais competentes com a sensibilidade ética de seres solidários. Nesse sentido, a escola não pode parar de buscar formas para superar as dificuldades do individualismo que permeia cada um. Será necessário gostar de inventar e inovar para fazer algo que seja apreciado pelos demais e, como tal, objeto de demanda de um mundo que precisa abrir novos caminhos, frente aos constantes desafios hodiernos. Essa inovação será duradoura se as pessoas conseguirem acabar com a exclusão, num processo que exige a participação de todos, lembrando que para fazer algum bem neste mundo é sentir-se parceiro da construção de um mundo mais solidário, no qual a esperança está ligada aos sonhos e desejos mais profundos de transformação. Sonhos nos quais as outras pessoas possam compartilhar dos mesmos.

É preciso romper com os pensamentos pessimistas. Aprender a pensar de forma positiva e esperançosamente é a melhor via a seguir a fim de encontrar formas seguras de sensibilidade. Mas sem

deixá-la somente no nível de pensamentos e discursos, partindo para pequenos gestos concretos como o respeito ao diferente em suas condições concretas, buscando a transformação para uma sociedade inclusiva, totalmente. Para não cair em visões fatalistas, precisa-se sentir, de alguma forma, que há coisas que podem ser de fato melhoradas em cada um e a sua volta.

Entra-se num mundo de pluralismo teórico acerca de praticamente todas as questões fundamentais para a vida individual e social. A solidariedade, constitui uma teia de campos semânticos variados. A solidariedade, aqui identificada pode ser a capacidade de pensar em pessoas com um modo próprio de ser, seja pelas condições sociais ou pelas próprias dificuldades, como estando incluídas, na esfera do “nós”. Como lembra Mo Sung e Silva, “Ser solidário significa se colocar no lugar do outro, daqueles que são as maiores vítimas dos processos sociais de exclusão, as minorias étnicas, as mulheres, os pobres, as gerações futuras e a natureza, que também é vítima da ação humana” (MO SUNG; SILVA, 1999, p. 114).

Quando se usa a palavra sensibilidade, deve-se ter em mente que ela mostra a solidariedade como ato ético-subjetivo radical que só acontece quando entram em jogo os “sentidos”, como a percepção empática do sofrimento e angústia dos outros. Sensibilidade é a condição *a priori* para que o outro, como já fundamentado esteja ligado a um eu. Isso constitui um desafio frente a um pensamento econômico burguês que visualiza a competitividade como princípio organizativo à própria dinâmica da sociedade como um todo.

Amizade gratuita, cooperação, reconhecimento recíproco, convivência com as diferenças, conceitos assim não fazem parte de um mundo que não ensina a olhar as pessoas como pessoas com quem se deve aprender a conviver e a cooperar. Urge que a necessidade de se construir uma escola inclusiva e cooperativa, se dê no resgate do desejo da felicidade alheia como parte integral de cada um, pois a vida só valerá a pena ser vivida no encontro com outrem, na partilha e ajuda mútua, apesar das dificuldades.

A educação diante de seu compromisso com o sentido e promoção da vida, ganha posição de destaque para o desenvolvimento de competências básicas como: competência humana, competências sociais, aprendizagem social e inteligência social.

Pensar é lutar contra o futuro de racionalidades que aprisionam a mente; pensar é curar os jeitos de falar sobre a vida e o mundo. Com isso, tornou-se aguda a consciência de que a luta contra a exclusão e por uma sociedade, onde caibam todos, passa, fundamentalmente, pela educação. Logo, a necessidade de sair da alienação frente a um contexto pós-moderno de massividade da razão, na qual a explosão do conhecimento se faz através das novas tecnologias, gerando um saber, muitas vezes, mecânico, deve passar pela capacidade de cada professor de buscar, juntamente com os alunos, o sentido que vale a pena para a própria vida.

O ser humano nasce e se desenvolve como um ser carente de solidariedade. A espécie humana está precisando de uma guinada histórica que reflita sua capacidade de incluir a todos, mas assumida



conscientemente como desafio da complexidade e da solidariedade. É possível mudar, mas é preciso acreditar nas possibilidades e ter esperança que é possível um desenvolvimento humano no sentido de preocupar-se com o outro, coisa que infelizmente, está, ainda, distante frente ao automatismo das relações funcionais. As pessoas precisam ser valorizadas por serem pessoas e não por aquilo que fazem ou deixam de fazer.

A educação para a sensibilidade social, visando a promoção humana, significa ao mesmo tempo, aquisição de hábitos comportamentais pró-sociais. Portanto, a esperança em dias vindouros de sensibilidade deve ser o foco de todos que sonham com um mundo transformado.

A sala de aula, espaço privilegiado de relação entre professores e alunos pode se tornar referência de construção de conhecimentos e valores coadunados com um novo jeito de ser e produzir a realidade. Assim, talvez nos dias vindouros por mais difícil que seja conviver com a diferença, com a limitação do outro, talvez se alcançará uma maior maturidade humana do respeito e da não-violência. Ou talvez, não seja o caso se buscar uma nova humanidade através da educação, mas sim buscar o sentido da humanidade e de sua verdadeira ética a ser traduzida por responsabilidade e solidariedade. A escola, a sala de aula, espaços não só de buscar conhecimentos, mas de construção de pessoas, cujo agir seja pautado na ética do cuidado, promovendo o paradigma social de uma educação, verdadeiramente, inclusiva.



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Inezita. O Processo de Inclusão dos Educandos com NEE Nas Escolas Regulares. La Salle. Canoas, v. 12, n. 2, p. 121-138, jul/dez 2007.
- FELTRIN, Antonio Efro. Inclusão Social na Escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2004. 167 p.
- FERACINE, Luiz. O Professor Como Agente de Mudança Social. São Paulo: EPU, 1990. 80 p.
- FREIRE. Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.
- HERRERO, F. Javier. O “Ethos” Atual e a Ética. Revista Síntese, Belo Horizonte, v. 31, n. 100, p. 149-161, 2004.
- MO SUNG, Jung; SILVA, Josué Cândido da. Conversando sobre Ética e Sociedade. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 117 p.
- NODARI, Paulo César. O Rosto Como Apelo à Responsabilidade e à Justiça em Emmanuel Lévinas. Revista Síntese, Belo Horizonte, v. 29, n. 94, p. 191-220, 2002.
- NOVASKI, Augusto João Crema. Sala de Aula: uma aprendizagem do humano. IN: MORAIS, Regis de. (Org.) Sala de Aula: que espaço é esse? 12. ed. São Paulo: Papirus, 1999. Cap. 1, p. 11-15.
- RODRIGUES, David (org). A Educação e a Diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva. Porto: Porto, 2001.
- RUSSO, Ana Luiza. Gestão de Políticas para Educação Inclusiva. Aprender. São Paulo, nº 25, p. 51-52, jul/ago 2005.
- SANFELICE, José Luís. Sala de Aula: intervenção no real. IN: MORAIS, Regis de. (Org.) Sala de Aula: que espaço é esse? 12. ed. São Paulo: Papirus, 1999. Cap. 8, p. 83-93.
- SENNA, Luiz Antonio Gomes. Formação Docente e Educação Inclusiva. Cadernos de Pesquisas. Rio de Janeiro, nº 133, p. 195 – 219, jan/abr. 2008.